

ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS EM PESQUISA

COORDENADORES

Patricia Bieging

Raul Inácio Busarello

ISBN 978-85-7221-461-2

2025

*Ana Clara Lopes Ribeiro
Leila Sanches de Almeida*

UM OLHAR SOBRE O FUTEBOL FEMININO NO BRASIL E SEU LUGAR NA PSICOLOGIA

RESUMO:

O futebol é uma grande paixão do povo brasileiro. Entretanto, o impacto cultural, econômico e o grande interesse pelo esporte, amplamente divulgados na mídia, referem-se principalmente ao futebol masculino profissional. Não é dada a devida importância ao futebol feminino. Apesar de atualmente vivermos um momento de crescimento da modalidade, ainda há muito a se pensar, investir e estudar sobre o futebol de mulheres. No âmbito da Psicologia do Esporte, tem havido espaço para esta prática esportiva? A partir da condução de um estudo de caso, uma entrevista realizada com um acadêmico que atua nessa área mostrou que a Psicologia vem trabalhando pela inclusão feminina no futebol. A Associação Brasileira de Psicologia do Esporte não apenas reconhece a necessidade de luta pela igualdade de gênero no futebol, também a empreende. Contudo, apesar da entrada e consequente aumento expressivo do número de mulheres praticantes de futebol, o discurso social mantém, de forma velada, esse esporte como característico da esfera masculina. É fundamental a continuidade e aumento de estudos e ações que visem o avanço e a atualização de políticas voltadas para o futebol feminino.

Palavras-chaves: Futebol feminino, Psicologia do Esporte, aspectos culturais.

INTRODUÇÃO

O Brasil é conhecido mundialmente como o “país do futebol” (CALDAS, 1986, p. 1). Certamente, este é o esporte mais praticado e amado no país, sendo parte fundamental da formação cultural do povo brasileiro. Dos times mais populares até os mais desconhecidos e regionais, o futebol movimenta a vida de milhões de praticantes e torcedores apaixonados, que encaram a modalidade como uma esfera importantíssima em suas vidas. Entre os futebolistas, inclusive, há uma relação de identidade com seus times. Comportamento similar também ocorre entre indivíduos que não se definem apenas como torcedores de um time, mas sim tomam o time como um dos aspectos que o descrevem. Dizem, por exemplo, “eu sou Fluminense”, ao invés de “eu torço pelo Fluminense”.

Além da paixão, o futebol destaca sua relevância cultural pelo seu efeito econômico. Esse impacto fica claro quando pensamos nos investimentos milionários dos grandes clubes brasileiros, com compra/venda de jogadores, pagamentos de salários, patrocínios, investimentos em infraestrutura, vendas de ingressos e mercadorias, entre outras trocas financeiras que movimentam milhões, senão bilhões, de reais. Mas a repercussão vai além dos clubes, chegando à sociedade como um todo por meio da venda de eventos para torcedores, comida e bebida ao redor de estádios e produtos não-licenciados, por exemplo.

Entretanto, o impacto cultural, econômico e a paixão pelo esporte, amplamente divulgados na mídia, referem-se principalmente ao futebol masculino profissional. No país do futebol, o futebol feminino é constante e historicamente “jogado para escanteio”, não lhe é dada a devida importância. Apesar de atualmente vivermos um momento de crescimento da modalidade, ainda há muito a se pensar, estudar e investir no futebol de mulheres.

Que tal conhecermos o discurso de um psicólogo do esporte, e acadêmico, sobre o futebol feminino no Brasil?

A HISTÓRIA DO FUTEBOL FEMININO NO BRASIL

O futebol é um esporte de origem inglesa que chega ao Brasil no final do século XIX. Inicialmente, o esporte foi introduzido por jovens da elite, que iam estudar na Inglaterra e retornavam trazendo consigo a nova modalidade. Charles William Miller, que, ao voltar do país inglês, trouxe diversos materiais necessários para a prática do esporte, como camisas, bolas e chuteiras, é considerado o pai do futebol no Brasil (BROCH, 2021).

Segundo Broch (2021), apesar de ser muito popular atualmente, o futebol era uma modalidade muito custosa, envolvendo gastos com equipamentos e gramados, sendo considerado um esporte da elite, praticado apenas por homens brancos e ricos. A prática não era permitida a negros, pobres e mulheres, que precisavam jogar clandestinamente caso quisessem participar da modalidade.

Aos poucos, o futebol foi se consolidando e se profissionalizando no país. Novamente, no início do processo de profissionalização apenas homens brancos poderiam jogar. A popularização do esporte se deu a partir da década de 1920, quando pobres e negros começaram a ocupar espaço na modalidade, apesar de ainda enfrentarem muitos preconceitos.

Mesmo com a pequena abertura, as mulheres seguiam impedidas de jogar futebol. A partir de 1941, inclusive, a proibição deixa de ser social e passa a ser legal. O Decreto-Lei nº 3.199 assinado por Getúlio Vargas trazia em seu artigo 54 que: “Às mulheres não

se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país.” (BRASIL, 1941).

Este Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, assinado por Getúlio Vargas, estabeleceu as bases da organização dos desportos no Brasil e criou o Conselho Nacional de Desportos (CND). No entanto, ficou conhecido por ter proibido para mulheres, através do Art. 54, a prática de esportes considerados “incompatíveis com as condições de sua natureza” (ibid., CAPÍTULO IX), o que incluiu o futebol profissional e amador por décadas.

É importante destacar que o Decreto-Lei, por si só, não especificava quais eram as modalidades incompatíveis com a “natureza” feminina. Apesar disso, incluía-se o futebol, visto que era entendido como uma modalidade agressiva e violenta, características que iam de encontro a uma suposta fragilidade feminina.

Além disso, como mencionado por Dacosta (2006), em 1965 o Conselho Nacional de Desportos aprovou a Deliberação Nº 7, que era mais específica na proibição da prática de algumas modalidades por parte de mulheres, incluindo o futebol, futebol de salão e futebol de praia, entre outros esportes considerados masculinos.

Apesar dos decretos, grupos de mulheres resistiam à proibição e jogavam clandestinamente de maneira recreativa em campos de várzea, nas praias ou em outros espaços não-esportivos. Como não existiam campeonatos ou clubes profissionais por muitas décadas, o desenvolvimento do futebol feminino foi muito prejudicado no Brasil (GOELLNER, 2021).

Entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, o país passava por inúmeras mudanças políticas, influenciando diversas esferas da sociedade, inclusive o esporte. Com isso, e a partir de

movimentos sociais e pautas femininas que lutavam pelos direitos das mulheres, em 1979 foi revogada a Deliberação Nº 7, que proibia mulheres de praticarem a modalidade. Dois anos depois, já era disputado o primeiro campeonato feminino de futebol de praia do Rio de Janeiro (GOELLNER, 2021).

Em 1983, o Conselho Nacional de Desportos finalmente reconheceu o futebol feminino como um esporte legítimo e autorizou sua prática, mas com algumas modificações que eram sugeridas pela FIFA (GOELLNER, 2021). Ainda nesse ano, foi realizado o primeiro Campeonato Carioca de Futebol de Campo Feminino e, também, a primeira Taça Brasil de futebol de campo, que foi conquistada pelo EC Radar, clube pioneiro no futebol feminino (DACOSTA, 2006).

A partir de então, mais campeonatos foram sendo organizados, com a participação de mais clubes e atletas. Além de campeonatos nacionais de clubes, uma seleção feminina é formada e passa a atuar em competições internacionais. Em 1991 é realizado o primeiro campeonato Sul-americano, em que o Brasil foi campeão, e a primeira copa do mundo de futebol feminino, em que a seleção terminou em nono lugar (DACOSTA, 2006).

O Atlas do Esporte (DACOSTA, 2006) mostra que a década de 90 pode ser destacada como um momento de desenvolvimento de muitos campeonatos internacionais e, consequentemente, da seleção brasileira. É possível citar campeonatos sul-americanos, copas do mundo e os jogos olímpicos como os campeonatos mais importantes do período. Enquanto isso, campeonatos nacionais também seguiam sendo realizados.

No início dos anos 2000 a seleção também participou de campeonatos importantes, conseguindo alguns dos melhores resultados já alcançados pela seleção feminina até hoje. Destaca-se aqui o ouro nos Pan-Americanos (2003 e 2007), prata em duas Olimpíadas (2004 e 2008) e segundo lugar na Copa do Mundo (2007), além do

primeiro lugar no Sul-americano (2003), campeonato que já havia sido conquistado em outras oportunidades.

Goellner (2021) aponta que era um momento de muita esperança na modalidade por maiores investimentos, desenvolvimento e profissionalização. Apesar disso, mesmo com a conquista de tantos resultados expressivos, pouco foi feito pelo avanço do futebol feminino, e a autora chega a destacar que algumas jogadoras expressaram publicamente seu descontentamento com a situação. Entre elas estava Sissi, um dos nomes mais importantes da história do futebol feminino no Brasil, que não foi convocada para a Copa de 2003 devido às críticas feitas à Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Essa foi uma época de muitos protestos por parte das jogadoras, que destacavam a falta de investimentos e cuidados com a modalidade. Na volta da Copa do Mundo de 2007, por exemplo, alguma atletas destacaram a preparação inadequada com a falta de amistosos, alimentação inadequada ao longo da competição, falta de transparência em relação a premiação e demora no pagamento do prêmio pela medalha conquistada no Pan-americano (GOELLNER, 2020).

Em 2004, após a conquista da medalha de prata nas Olimpíadas, a CBF prometeu uma série de melhorias e investimentos na modalidade. Porém, mais uma vez as atletas apontaram que nada foi feito (GOELLNER, 2021). Essas, e inúmeras outras situações ao longo dos anos, revelam o descaso da própria CBF, órgão que deveria prezar pelo desenvolvimento do futebol no Brasil, pelo futebol feminino.

Após anos de denúncias e protestos por parte de atletas e torcedoras, aos poucos as confederações passaram a olhar com mais cuidado para o futebol feminino. Vivemos atualmente, então, um momento de maior investimento na modalidade. Em 2016 a FIFA, órgão mais importante do futebol mundial, estabeleceu o futebol feminino como uma das áreas estratégicas a ser trabalhada nos próximos

anos. Com isso, as organizações de futebol ao redor do mundo foram obrigadas a investir, ainda que minimamente, no futebol feminino.

A partir da resolução da FIFA, a Confederação Sul-americana de Futebol (CONMEBOL), definiu que os clubes que não tivessem uma equipe feminina participando de competições nacionais não poderia participar, com sua equipe masculina, dos campeonatos internacionais (GOELLNER, 2021). Isso recaiu sobre a CBF, que implementou que os clubes da série A seriam obrigados a ter uma equipe principal e categorias de base femininas atuando em competições. Posteriormente, a obrigação seria estendida às equipes das outras séries do campeonato nacional.

Uma pesquisa feita pelo Corinthians (2023), clube de maior destaque e investimento no cenário do futebol feminino brasileiro e sul-americano, revela que o interesse pelo futebol feminino vem crescendo desde 2018. Isso é evidenciado principalmente pelas últimas copas do mundo, de 2019 e 2023, que bateram recordes de público e espectadores. Além disso, pelas redes sociais é possível notar uma maior procura e engajamento em relação à notícias de campeonatos, times e atletas do futebol feminino brasileiro e mundial (CALDAS, 2002).

E NA PSICOLOGIA, HÁ ESPAÇO PARA O FUTEBOL FEMININO?

Para essa reflexão foi desenvolvido um estudo qualitativo sob a forma de estudo de caso único, modalidade de pesquisa que possibilita um maior aprofundamento em uma questão, por considerar os aspectos subjetivos a ela relacionados.

A coleta de dados foi feita através de uma entrevista semiestruturada conduzida a partir dois eixos: o futebol feminino

e a ABRAPESP (Associação Brasileira de Psicologia do Esporte), e mudanças na visão social sobre o futebol feminino.

A escolha da entrevista como o instrumento privilegiado para a coleta de dados se deu por tratar-se de um procedimento usual do trabalho de campo, que propicia ao pesquisador a obtenção de informações através da fala de atores sociais (MINAYO, 2014).

A entrevista facilita o aporte de:

[...] fatos; idéias; crenças; maneiras de pensar; opiniões, sentimentos, maneiras de sentir; maneiras de atuar; conduta ou comportamento presente ou futuro; razões conscientes ou inconscientes de determinadas crenças, sentimentos, maneiras de atuar ou comportamentos (Jahoda, 1951 *apud* Minayo, 2000, p. 108).

A seleção do participante do estudo se deu pela Técnica da Bola de Neve (BIERNACKI; WALDORF, 1981). Trata-se de um psicólogo do esporte que dialoga com a ABRAPESP. Sua participação nesse estudo foi firmada com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A entrevista iniciou-se com sua reflexão sobre o futebol feminino no âmbito da Psicologia, em especial na área da Psicologia do Esporte. Vejamos, a seguir, um fragmento de suas considerações sobre o espaço concedido ao futebol feminino pela ABRAPESP.

[A ABRAPESP está completando 20 anos. Você pode comentar se há espaço para o futebol feminino na associação e se houve alguma mudança no espaço dado a essa modalidade?]

A ABRAPESP já está junta do futebol feminino há bastante tempo, bastante tempo. Não é de agora que têm representantes [psicólogos]... associados... lá no futebol feminino. Por exemplo, ...uma associada no futebol profissional e uma associada em uma das categorias de base [da CBF]. [...] esse é o tipo de espaço.

Vemos que através da ABRAPESP a Psicologia tem conquistado espaço para atuar no futebol feminino. Isto, de alguma forma, está contribuindo para uma maior participação de psicólogos na área do esporte, como parece indicar sua fala a seguir:

...[Há] uma não-associada, mas também psicóloga do esporte, em outra categoria de base, né, em outra idade da categoria de base.

Quanto à existência de mudanças nos últimos anos no espaço dado ao futebol feminino, vê-se que a ABRAPESP mantém de forma constante o incentivo e a visibilidade dada ao esporte. Já o ritmo de aceitação e divulgação dessa modalidade esportiva na mídia e na sociedade como um todo caminha em ascensão, porém em passos mais lentos.

[Em sua visão, houve alguma mudança no espaço dado a essa modalidade, maior ou menor visibilidade/prestígio, por exemplo, tanto na Associação, quanto na sociedade em geral, nesses últimos anos?]

Então, na Associação [...] sempre incentivou muito. Inclusive, vai ter até um congresso agora em novembro, em Petrópolis, o congresso da ABRAPESP, onde a psicóloga que acompanhou a seleção feminina nessa Copa do Mundo estará lá como palestrante. Já para a sociedade, eu acho que sim, de uma maneira geral, né? Acho que sim, acho que é uma evolução que vem acontecendo. Claro que ainda tem que evoluir muito, tem muita coisa para acontecer, mas sim. Por exemplo, ainda se vende mais notícias de que... Durante a Copa do Mundo, a gente teve notícias do soco na cara, lá no masculino do Flamengo. Ainda se vende mais esses socos na cara do que a Copa do Mundo feminina. Mas eu acho que as coisas estão melhorando. Se a gente fizer um comparativo, eu acho que sim.

O destaque de mudanças na ABRAPESP relacionadas ao incremento de atividades sobre o futebol feminino é constatada na

menção à realização de um Congresso de Psicologia do Esporte, pela entidade, que inclui a temática do futebol feminino.

Já no que diz respeito à sociedade em geral, o entrevistado aponta questões éticas que mostram a dificuldade de uma mudança cultural. Entretanto, ele considera que apesar de ainda ser dada visibilidade a determinados símbolos de masculinidade pela mídia, tal como a “permissão” de agressão física no futebol masculino, pode-se perceber um gradual aumento da difusão de eventos relacionados ao futebol feminino, tal como a Copa do Mundo.

DISCUSSÃO

Cabe aqui uma pequena reflexão, a partir da Sociologia Reflexiva, sobre a história do futebol feminino no Brasil e os recortes (trechos) apresentados da entrevista realizada, uma vez que Pierre Bourdieu (1989) buscava entender um discurso voltando seu olhar para o contexto de sua produção e para a história da sociedade.

Bourdieu (ibid.) considera que o sujeito é profundamente atravessado pela sociedade. Suas normas, seus valores, são interiorizados ao longo da vida e dão origem a certas formas de pensar e se comportar.

A estrutura social é determinada por relações e trocas que existem na sociedade, sejam elas conduzidas com recursos materiais, econômicos, simbólicos ou culturais, e resulta em um sistema de poder. Diferentes grupos sociais ocupam posições diferentes nessa estrutura social devido à distribuição desigual desses recursos. Existe, então, uma relação de dominação simbólica, um poder invisível que é reproduzido inconscientemente pela sociedade e atua de forma a manter certos grupos em posição de privilégio em detrimento de outros (BOURDIEU, 1989).

O futebol é feito por sujeitos e, como modalidade, não está apartado da sociedade. Uma vez que tudo que atravessa o sujeito e a sociedade atravessa também o futebol, cabe fazer uma análise de seu contexto e desenvolvimento.

A modalidade chega ao Brasil como pertencendo à elite, sendo praticada apenas por homens brancos e ricos. A proibição da prática por negros, pobres e mulheres mostra claramente uma estrutura de dominação social nesse esporte. Mesmo com a entrada desses grupos no esporte ao longo dos anos, é notável que a posição de destaque dada a homens brancos e ricos permanece. Percebemos isso de diversas maneiras, como nos casos de racismo frequentes em jogos e a constante desvalorização da modalidade feminina, por exemplo.

Desde de que a modalidade chegou ao país, ocorreram inúmeras tentativas de coibir a participação de mulheres em jogos de futebol. Para isso, foram produzidos discursos, até mesmo oficiais, baseados, em sua maioria, em um controle sexual e moral de homens sobre as mulheres.

Por muitos anos, a proibição existia “apenas” no campo da moralidade, mas na década de 1940 passou a ser amparada por Lei. O decreto assinado por Getúlio Vargas em 1941 traz alguns esportes como sendo “incompatíveis à natureza da mulher”. Em nenhum momento foi definido o que é inerente à natureza da mulher. Apesar disso, estava estabelecido que o futebol era violento demais, competitivo demais, físico demais e, portanto, masculino demais.

Para a sociedade, e até mesmo para os líderes políticos da época, as mulheres eram sinônimos de delicadeza, fragilidade, pureza e, acima de tudo, maternidade. Havia, inclusive, a ideia de que a prática de esportes “violentos” atrapalhariam a suposta vocação feminina para a maternidade. Se é afirmado que existe uma natureza feminina que se constitui pela fragilidade, fica permitido o

controle do comportamento da mulher, tanto no que diz respeito ao trabalho como às atividades sociais e recreativas. Há, por meio de um discurso oficial, o estabelecimento de um poder invisível, uma dominação simbólica (BOURDIEU, 1989) e controle sobre as mulheres, que já existiam há muitos anos, mas que naquele momento se tornou oficial, legítimo.

É importante destacar que quando o comportamento feminino é naturalizado, através da atribuição das características supra citadas, perde-se de vista que, na realidade, ele é consequência de um processo histórico e, portanto, passível de mudanças (KUHNER, 2005).

Mas, como já mencionado, as mulheres resistiram a essas proibições e grande parte jogava futebol em campos não-oficiais, como campos de várzea. Em sua imensa maioria eram mulheres pobres e negras. Acredita-se que essas características somavam-se aos motivos para a manutenção da proibição, pois havia uma resistência à inclusão de grupos tidos como minoritários e invisibilizados, fossem mulheres, pobres, negras.

Apesar da proibição, porém, há notícias de alguns jogos comemorativos, como uma partida beneficente entre vedetes na década de 1950 (DACOSTA, 2006). A existência dessas partidas fortalece a reflexão anterior, visto que as partidas de várzea, com a participação de mulheres das camadas mais populares, eram realizadas em segredo e passíveis de punição se descobertas. Enquanto isso, mulheres brancas e famosas, nesse caso as vedetes, por vezes recebiam o aval para praticar a modalidade, mesmo em frente ao público.

Ainda nesse sentido, em 1977, quando a prática de futebol ainda era proibida às mulheres, o Clube Federal implanta a prática do futebol feminino (DACOSTA, 2006). Este é um clube no Leblon, bairro nobre da Zona Sul do Rio de Janeiro, frequentado por homens e mulheres brancos e ricos. Mais uma vez, uma crítica cabe e se intensifica, visto que a prática da modalidade dentro de um clube dá

legitimidade ao futebol feminino, mas apenas para aquelas mulheres brancas e ricas, pertencentes à elite social e cultural. Por outro lado, as mulheres das camadas mais populares, ainda que o final da década de 1970 fosse um período de maior abertura, seguiam impedidas por lei de jogar futebol.

A legalização do futebol feminino também merece ser analisada. Em 1979, a proibição é revogada. Em 1983, o Conselho Nacional de Desportos finalmente reconhece a modalidade como legítima, mas sugere algumas mudanças, como redução do tamanho do campo e do tempo de jogo, por exemplo, que não foram aceitas. Esses fatos mostram que ao revogar a proibição parece haver um passo em direção à igualdade de gênero, mas ao serem colocadas em questão modificações na modalidade, não se pode perder de vista que a ideia de que as mulheres são inferiores aos homens ainda atravessa o imaginário social. Apesar do discurso oficial, a suposta fragilidade da mulher é mantida em alguma medida na sociedade.

A reprodução desse discurso perdura até os dias atuais. É fácil encontrar críticos do futebol feminino que defendem ideais como a redução do tamanho dos campos, de tempo de jogo, das traves, da bola, mesmo que essas ideias sejam rejeitadas pelas mulheres que praticam futebol e por aqueles que de fato acompanham o desenvolvimento da modalidade. Estes últimos, acreditam que o futebol feminino brasileiro pode crescer ainda mais se lhe forem concedidas as condições necessárias, como investimentos na formação de base, na formação de profissionais para as comissões, boa organização de campeonatos, pagamentos justos, entre outras.

Há um poder invisível, que se manifesta através de discursos e ações oficiais ou legitimadas socialmente, sustentando a ideia de que as mulheres não conseguiriam performar bem nas mesmas condições em que homens performam e que, para isso acontecer, as condições deveriam ser facilitadas com mudanças na estrutura do esporte. Por trás desse discurso, existe a desvalorização simbólica e

material das mulheres, visto que sustenta a ideia de que investimentos na modalidade não surtiriam efeitos alguns porque as mulheres são naturalmente inferiores.

A partir da legitimação da modalidade, campeonatos começaram a ser desenvolvidos e a participação feminina no futebol foi se intensificando, tanto no cenário nacional, quanto no internacional. Apesar disso, mesmo com resultados expressivos conquistados pela seleção nas décadas de 1990 e 2000, a modalidade seguia sem receber a atenção e investimentos necessários por parte da Confederação Brasileira de Futebol, da mídia e do público.

Apenas em 2016, a FIFA coloca o futebol feminino como uma das áreas a serem desenvolvidas, o que inicia um efeito cascata, chegando até a CBF. Como resultado, a CONMEBOL institui que os clubes só participariam de seus campeonatos internacionais com suas equipes masculinas se tivessem equipes femininas. Além disso, em 2019, a CBF torna obrigatória a existência de equipes femininas em campeonatos nacionais, para os clubes que tinham times masculinos disputando a Série A do campeonato brasileiro.

Apesar de parecer a melhor maneira de incentivar o futebol feminino, essa resolução levanta alguns questionamentos. É interessante destacar que essas medidas não foram criadas a partir do interesse da CBF pelo desenvolvimento da modalidade, mas sim a partir de uma obrigatoriedade imposta por uma organização que está acima da mesma no cenário internacional.

O futebol feminino não recebeu a atenção que merecia por parte da Confederação, sendo visto e tratado apenas a partir do futebol masculino. Além de obrigar os clubes a terem uma equipe feminina em competições e com uma equipe de base, a CBF não fez muito mais pelo desenvolvimento do futebol feminino, dando poucas instruções sobre como isso deveria ser feito e sobre quais condições deveriam ser dadas às atletas. Com isso, muitos clubes

formaram equipes femininas às pressas, sem oferecer boas condições para a prática da modalidade, com instalações de treino e jogo muito abaixo ao que era, e ainda é, oferecido às equipes masculinas.

Por fim, deve ser destacado que, com a entrada forçada dos grandes clubes (do masculino) no mundo do futebol feminino, equipes tradicionais, históricas e essenciais para o desenvolvimento da modalidade feminina acabaram perdendo destaque dentro da mídia e, portanto, investimento. Ao pautar o futebol feminino sob o olhar do futebol masculino, a CBF ignora todo um desenvolvimento histórico do futebol feminino, que se deu de maneira muito diferente, e as necessidades das atletas, que são muito distintas das necessidades de um atleta, profissional ou de base, do futebol masculino.

De acordo com Bourdieu, cabe:

às mulheres se comprometerem com uma ação política [...] que elas saibam trabalhar para inventar e impor [...] formas de organização e de ação coletivas e armas eficazes, simbólicas sobretudo, capazes de abalar as instituições, estatais e jurídicas, que contribuem para eternizar sua subordinação (Bourdieu, 2005, Prefácio à edição alemã).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas e ponderações sobre o futebol feminino brasileiro na atualidade são de especial relevância para o alcance e reconhecimento desta modalidade como um esporte global, na medida em que as mudanças culturais na sociedade ocorrem de forma gradativa.

Apesar da entrada e consequente aumento expressivo do número de mulheres praticantes de futebol, o discurso social mantém, de forma velada, esse esporte como característico da esfera masculina. A própria Confederação Brasileira de Futebol reforça

essa ideia ao supor a existência de equipes femininas a partir de times masculinos.

Entretanto, a Psicologia vem trabalhando pela inclusão feminina no futebol, de modo que o futebol feminino alcance amplo reconhecimento e seja contemplado com apoio e fomento. A Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (ABRAPESP) além de reconhecer a necessidade de se lutar pela igualdade de gênero nesta modalidade, empreende ações para divulgá-la. O futebol feminino tem espaço sempre entre os temas abordados em seus encontros científicos.

É fundamental a continuidade e aumento de estudos e ações que visem o avanço e a atualização de políticas voltadas para o futebol feminino.

REFERÊNCIAS

- BIERNARCKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling-problems and chain techniques of referral sampling. **Sociological Methods and Research**. v. 10, n. 2, p. 141-163, 1981. Disponível em <http://smr.sagepub.com/content/10/2/141.short>. Acesso em: 01 nov. 2023.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941**. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm#:~:text=DECRETO-LEI%20N%C2%BA%203.199%2C%20DE,desportos%%20em%20todo%20o%20pa%C3%ADs. Acesso em: 01 nov. 2023.
- BROCH, M. Histórico do futebol feminino no Brasil: considerações acerca da desigualdade de gênero. **Temporalidades**, v. 13, n. 1, p. 695-705, 2021.
- CALDAS, A. (org.). **Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da Internet**. São Paulo: Loyola, 2002.

CALDAS, W. O futebol no país do futebol. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, v. 3, n. 2, p. 24-30, 1986. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451986000300005>. Acesso em: 01 nov. 2023.

CORINTHIANS, Agência. **Interesse feminino por futebol cresce 26% desde 2018**. Disponível em: <https://www.corinthians.com.br/noticias/interesse-feminino-por-futebol-cresce-26-desde-2018>. Acesso em: 01 nov. 2023.

DACOSTA, L. (org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEE, 2006.

GOELLNER, S. V. Nós convidamos a CBF a trazer reformas de igualdade de gênero para o Brasil. **Ludopédio**. São Paulo, v.135, n. 36, 2020.

GOELLNER, S. V. WOMEN AND FOOTBALL IN BRAZIL: discontinuities, resistance, and resilience. **Movimento** (Porto Alegre), v. 27, p. 1-14, 18 jan. 2021. Disponível em <http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.110157>. Acesso em: 01 nov. 2023.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do conhecimento** – pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade (org.). Petrópolis: Vozes, 2014.

Ana Clara Lopes Ribeiro

Bacharel em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

E-mail: clara.ana.lr@gmail.com

Leila Sanches de Almeida

Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Ciências Médicas (USP).

E-mail: leilasanches@ufrj.br